



A pesquisa do programa CIPROJOVEM vai identificar áreas dos setores formal e informal que mais absorvem jovens entre 15 e 24 anos em localidades carentes. Dos 590 empreendimentos pesquisados, 272 empregam jovens

Pesquisa aponta alternativas de emprego para jovens em favelas

Rodrigo Pelot

Inútil tentar contar o número de carros, motos e ônibus que circulam freneticamente pelas estreitas vias da Rocinha, maior favela do Brasil. São cerca de 130 mil moradores espremidos em 810 mil metros quadrados, localizados em um espaço nobre da zona sul do Rio, entre a Gávea e São Conrado. Além de 35 mil casas e prédios, a área abriga mais de 2.700 estabelecimentos comerciais, entre eles três bancos, três rádios comunitárias e 100 lan houses. Apesar dos números sugerirem o desenvolvimento econômico, a renda familiar per capita, segundo estatísticas da prefeitura, é de apenas R\$ 219,95 por mês.



Em meio a esse caldeirão urbano, dominado por traficantes que, em plena luz do dia, ostentam fuzis no centro comercial da favela, três moradores tentam ajudar jovens a ingressar no mercado de trabalho. Além da garra, dividem o sobrenome: Silva. Emerson (35), Hudson (22) e Simone (19) fazem parte do grupo de pesquisadores comunitários do programa “Conhecimento e Práticas Inovadoras de Geração de Trabalho e Renda para Jovens em Comunidades de Baixa Renda” (CIPROJOVEM), iniciado em março de 2006.

Realizada pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), a ação conta com o apoio da FINEP, que investiu R\$ 675 mil no projeto. Outras quatro comunidades participam da pesquisa, que será encerrada em setembro deste ano: Queimados, Vila Aliança e os Complexos do Alemão e do Caju.

Os pesquisadores comunitários são moradores selecionados e treinados pelos profissionais do CIESPI para coletar dados dentro das comunidades. De prancheta em punho, percorrem as principais ruas das favelas entrevistando um por um os donos de estabelecimentos comerciais. O objetivo é identificar nas regiões carentes as áreas dos setores formal e informal que mais absorvem jovens entre 15 e 24 anos.

“Sem eles, não daríamos um passo nas comunidades”, admite Alexandre Bárbara, pesquisador do CIESPI e coordenador geral do projeto. Todos precisam ter o primeiro grau completo e, de preferência, estar cursando o segundo grau. Comunicar-se bem e possuir livre circulação na favela também é essencial. Foram escolhidos dois ou três por comunidade e cada um recebe uma bolsa de R\$ 300 por mês.

Em meados do ano passado, quando Hudson, Emerson e Simone tentavam fazer com que comerciantes respondessem a um questionário, a Rocinha vivia um período conturbado. Além da guerra de facções pelo controle do tráfico, que dificultava o trânsito na comunidade, foram divulgadas informações sobre exploração de menores na favela, o que dificultou a obtenção de respostas ao questionário. “O trabalho foi bem mais difícil do que podíamos imaginar. Muitas vezes, nem comerciantes que eram nossos amigos de infância aceitavam participar”, explica Emerson.

Perguntas delicadas, principalmente em relação ao trabalho com ou sem carteira assinada, assustavam os entrevistados. “Percorrer a comunidade fazendo questionamentos não é algo que deixe o tráfico e os comerciantes muito felizes. Por isso, foi preciso muito jogo de cintura”, diz Hudson.

Apesar dos obstáculos, o trabalho foi realizado e resultou em 256 estabelecimentos comerciais pesquisados. Os tipos eram diversos, de padarias à pet shops. Cerca de 48% deles emprega jovens, em um total de 209 funcionários na faixa etária pesquisada. Um empreendimento

“Percorrer a comunidade fazendo questionamentos não é algo que deixe o tráfico e os comerciantes muito felizes. Por isso, foi preciso muito jogo de cintura. Muitas vezes, nem comerciantes que eram nossos amigos de infância aceitavam participar.”

chamado “Casa do Biscoito” foi o destaque, com o número recorde de cinco jovens empregados.

Somados os números de todas as comunidades que participaram do estudo, dos 590 empreendimentos pesquisados, 272 empregam jovens, o que equivale a 46% do total. O levantamento apontou 457 jovens trabalhando. “Ainda é pouco, por isso a necessidade de uma escolarização mais instrumental e que aproxime os jovens das habilidades requeridas pelo mercado”, explica Alexandre.

Segundo o pesquisador, grande parte das ações e programas do Governo Federal utiliza recursos pedagógicos que reproduzem a escola tradicional. São raras as iniciativas que apresentam as novas tecnologias presentes no mercado de trabalho e levam em consideração a realidade das favelas.

Para reverter esse quadro, o CIESPI pretende, a partir dos resultados da pesquisa, elaborar produtos que proponham novas metodologias para as ações de inserção de jovens no mercado de trabalho. “Produziremos guias, artigos, vídeos, CD Roms e até mesmo jogos que coloquem o jovem de baixa renda frente a frente com o desafio de empreender nas comunidades em que residem”, afirma Alexandre.

Além dos estudos realizados diretamente nas comunidades, os pesquisadores analisaram estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Pereira Passos (IPP) para identificar os níveis de formação, tipos de trabalho e remuneração alcançados pelos jovens. Também descreveram os diferentes atores políticos em ação e as estratégias de desenvolvimento econômico e comunitário em curso no Brasil. Assim, apontaram erros e acertos de projetos públicos e privados.

Os pesquisadores comunitários foram treinados pelo Centro de Estudo e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) e recebem uma bolsa de R\$ 300,00 por mês. Eles percorreram as principais ruas das favelas e entrevistaram os donos de centenas de estabelecimentos comerciais



Foram realizadas ainda entrevistas com 20 grupos de 8 a 10 jovens, conversas que ajudaram no entendimento das histórias locais, das mudanças ocorridas nos últimos anos e do impacto da violência. Durante os encontros, os jovens eram estimulados a falar sobre os principais problemas que limitam e, muitas vezes, impedem o ingresso no mercado.

Um tema recorrente foi a tendência de as mulheres enfrentarem mais dificuldades em função da possibilidade de engravidar, e pelo fato dos empregadores optarem pela contratação de homens para a realização de serviços externos. O baixo nível de escolaridade, os altos custos de deslocamento entre a residência e o trabalho, a falta de qualificação profissional e o preconceito relacionado ao local de moradia também foram alguns dos pontos citados como obstáculos comuns.

Todo esse universo de informações será transformado em livro, previsto para ser lançado em agosto deste ano, durante um seminário realizado pelo CIESPI na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), também parceira do projeto. A publicação é dirigida principalmente aos gestores de políticas públicas, indivíduos potencialmente capazes de transformar o resulta-

do da pesquisa em ações reais de desenvolvimento comunitário.

Para Teodoro Koracakis, analista da FINEP e responsável pelo acompanhamento do projeto, é fundamental que o poder público promova uma agenda de estratégias capaz de conectar o desenvolvimento local à geração de emprego para jovens em comunidades carentes. “Pontes precisam ser construídas, em especial, que vinculem iniciativas governamentais a executores de programas privados e do terceiro setor”, diz.

De acordo com os dados reunidos pelos pesquisadores, em 2005, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 41% dos jovens entre 15 e 24 anos estavam empregados. O fato negativo é que apenas 14% conseguiam conciliar estudo e trabalho.

As funções que mais absorvem jovens são as chamadas ocupações não manuais de rotina, como vendedores, demonstradores, caixas e auxiliares de escritório. As ocupações técnicas e artísticas, principalmente o serviço militar, também absorvem uma parcela significativa. Vale ressaltar, ainda, a alta incidência de jovens fiscais e cobradores do transporte público, atendentes de enfermagem, ajudantes de obras civis e operadores de máquinas de costura. ■